

## Incorporação do abono – Sind-UTE/MG traz esclarecimentos para toda categoria da Rede Estadual de Educação

O Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Sind-UTE/MG) vem a público trazer esclarecimentos para toda a categoria sobre a incorporação do abono salarial.

No último dia 15/10/2021, o governo de Minas anunciou o pagamento do 3º abono ao vencimento básico de 254 mil servidores da educação básica. Desde o início da atual gestão estadual, em 2019, essa demanda foi apresentada nas mesas de negociação pela direção do Sind-UTE/MG e o governo nunca apresentou uma proposta.

O pagamento compõe uma conquista da luta coletiva da Educação. Esse direito foi adquirido em 2015, por meio da Lei Estadual 21.710, que estabeleceu uma política de remuneração salarial para se chegar ao valor do Piso Salarial Profissional Nacional, incluindo a incorporação de três abonos. O terceiro abono salarial, referente ao ano de 2017, ainda não havia sido incorporado.

Em 2019, quando foram realizadas as primeiras publicações de aposentadoria, o Tribunal de Contas do Estado questionou sobre a não incorporação do abono e a necessidade de fazê-la, já que é um direito garantido por lei. A partir disso, o governo optou por não publicar aposentadorias para não fazer a

imediate incorporação, situação que se arrasta por mais de dois anos.

A incorporação do abono não significa um aumento salarial e representa apenas um dos débitos com a Educação. Em relação ao aumento salarial real, até o momento, o governo de Minas segue com a mesma postura de descumprir a Legislação Estadual. Com a falta de reajuste do Piso, as perdas salariais acumuladas são de 35,14%.

Além de tentar implementar uma política de sucateamento dos serviços públicos com o Regime de Recuperação Fiscal (RRF), por meio do Projeto de Lei 1.202/2019, o atual governo descumpra a obrigação constitucional de investir 25% da receita corrente líquida em Educação. Só entre os anos de 2019 e 2020, quase R\$ 5 bilhões deixaram de ser investidos em Educação.

Portanto, o Sind-UTE/MG destaca que, a despeito do que foi noticiado pelo governo, a situação da Educação em relação à valorização salarial permanece crítica, sem propostas de reajustes, sem publicações de aposentadorias, com uma política permanente de desinvestimento e de sucateamento.

Seguimos vigilantes e na cobrança por respostas para a pauta econômica, apresentada desde 2019.

Belo Horizonte, 19 de outubro de 2021

**Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Sind-UTE/MG)**